

A linguagem humana: do mito à ciência

José Luiz Fiorin

No princípio era o Verbo;
o Verbo estava em Deus e o verbo era Deus.
Jo 1, 1

Linguagem e língua

A linguagem é a capacidade específica da espécie humana de se comunicar por meio de signos. Entre as ferramentas culturais do ser humano, a linguagem ocupa um lugar à parte, porque o homem não está programado para aprender física ou matemática, mas está programado para falar, para aprender línguas, quaisquer que elas sejam. Todos os seres humanos, independentemente de sua escolaridade ou de sua condição social, a menos que tenham graves problemas psíquicos ou neurológicos, falam. Uma criança, por volta dos três anos de idade, já domina esse dispositivo extremamente complexo que é uma língua.

A linguagem responde a uma necessidade natural da espécie humana, a de comunicar-se. No entanto, ao contrário da necessidade de comer, dormir, respirar,

manter relações sexuais, etc., ela não se manifesta de maneira natural. Ela deve ser aprendida. No caso da linguagem verbal, ela deve ser aprendida sob a forma de uma língua, a fim de se manifestar por meio de atos de fala. A língua é um sistema de signos específicos aos membros de dada comunidade.

A aptidão para a linguagem é um traço genético. Sua realização, no entanto, passa por um aprendizado, que é do domínio cultural, como testemunham os casos das crianças selvagens, cuja capacidade de linguagem não se desenvolveu.

Os sentidos podem manifestar-se de diversas maneiras: por meio de sons, como no caso da linguagem verbal, por meio de imagens, como na pintura, por meio de gestos, como nas línguas de sinais utilizadas pelos surdos. Temos linguagens não mistas, cujos significados se manifestam apenas de uma maneira: a escrita, a pintura, a escultura, a língua de sinais; temos linguagens mistas, cujos significados se manifestam de diferentes maneiras, como o cinema, em que os sentidos são veiculados pelos sons da linguagem verbal e da música, pelas imagens da linguagem visual, etc. Assim, podemos falar da linguagem como capacidade específica da espécie humana de produzir sentidos, de se comunicar, mas também das linguagens como as diferentes manifestações dessa capacidade. Uma ordem de parar no trânsito pode concretizar-se por meio da palavra “pare” pronunciada por um guarda; por um sinal de um apito; pelo gesto de abrir a palma da mão em posição vertical; pela luz vermelha do semáforo. São diferentes linguagens que comunicam a mesma significação.

Hjelmslev, no primeiro capítulo de seu *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, escreve uma das mais belas páginas sobre o papel da linguagem na vida dos seres humanos:

A linguagem [...] é uma inesgotável riqueza de múltiplos valores. A linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos. A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana. Mas é também o recurso último e indispensável do homem, seu refúgio nas horas solitárias em que o espírito luta com a existência, e quando o conflito se resolve no monólogo do poeta e na meditação do pensador. Antes mesmo do primeiro despertar de nossa consciência, as palavras já ressoavam à nossa volta, prontas para envolver os primeiros germes frágeis de nosso pensamento e a nos acompanhar inseparavelmente através da vida, desde as mais humildes ocupações da vida cotidiana até os momentos

mais sublimes e mais íntimos dos quais a vida de todos os dias retira, graças às lembranças encarnadas pela linguagem, força e calor. A linguagem não é um simples acompanhante, mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento: para o indivíduo, ela é tesouro da memória e a consciência vigilante transmitida de pai para filho. Para o bem e para o mal, a fala é a marca da personalidade, da terra natal e da nação, o título de nobreza da humanidade. O desenvolvimento da linguagem está tão inextricavelmente ligado ao da personalidade de cada indivíduo, da terra natal, da nação, da humanidade, da própria vida, que é possível indagar-se se ela não passa de um simples reflexo ou se ela não é tudo isso: a própria fonte de desenvolvimento dessas coisas. (1975: 1-2)

Há um provérbio popular que diz: “Palavra não quebra osso”. Esse ditado quer contrapor a palavra à ação, quer dizer que a ação é que conta, pois a linguagem não tem nenhum poder. Um golpe, mas não uma palavra, é que quebra osso. Esse provérbio vê as coisas de maneira simplista. Vamos analisar para que serve a linguagem.

Funções da linguagem

Em primeiro lugar, a linguagem é uma maneira de perceber o mundo.

“Este deve ser o bosque”, murmurou pensativamente [Alice], “onde as coisas não têm nomes”. [...] Ia devaneando dessa maneira, quando chegou à entrada do bosque, que parecia muito úmido e sombrio. “Bom, de qualquer modo é um alívio”, disse enquanto avançava em meio às árvores, “depois de tanto calor, entrar dentro do... dentro de quê?” Estava assombrada de não poder lembrar o nome. “Bom, isto é, estar debaixo das... debaixo das... debaixo disso aqui, ora”, disse colocando a mão no tronco da árvore. “Como essa coisa se chama? É bem capaz de não ter nome nenhum...ora, com certeza não tem mesmo!”

Ficou calada durante um minuto, pensando. Então, de repente, exclamou: – Ah, então isso acabou acontecendo! E agora quem sou eu? Eu quero me lembrar, se puder. (Carroll, 1980: 165-6)

Esse texto, retirado do livro *Através do espelho e o que Alice encontrou lá*, mostra que Alice, quando entra no bosque em que as coisas não têm nome, é incapaz de apreender a realidade em torno dela, de saber o que as coisas são. Isso significa que as coisas do mundo exterior só têm existência para os homens quando

são nomeadas. Quando fazemos essa afirmação não estamos querendo dizer que a realidade não existe independentemente das pessoas ou que ela seja uma criação de sua mente, mas que só atentamos para as coisas por intermédio da linguagem. Em outras palavras, só pela linguagem o mundo ganha sentido para nós.

Por outro lado, cada língua é uma forma de interpretar a realidade.

O segundo projeto era representado por um plano de abolir completamente todas as palavras, fossem elas quais fossem [...]. Em vista disso, propôs-se que, sendo as palavras apenas nomes para as coisas, seria mais conveniente que todos os homens trouxessem consigo as coisas de que precisassem falar ao discorrer sobre determinado assunto [...]. [...] muitos eruditos e sábios aderiram ao novo plano de se expressarem por meio de coisas, cujo único inconveniente residia em que, se um homem tivesse que falar sobre longos assuntos e de vária espécie, ver-se-ia obrigado, em proporção, a carregar nas costas um grande fardo de coisas, a menos de poder pagar um ou dois criados robustos para acompanhá-lo [...].

Outra grande vantagem oferecida pela invenção consiste em que ela serviria de língua universal, compreendida em todas as nações civilizadas, cujos utensílios e objetos são geralmente da mesma espécie, ou tão parecidos que o seu emprego pode ser facilmente percebido. (Swift, 1998: 194-5)

Esse trecho do livro *Viagens de Gulliver* narra uma invenção dos sábios de Balnibarbi. Eles propõem substituir as palavras, que, segundo eles, têm o inconveniente de variar de língua para língua, pelas coisas. Quando alguém quisesse falar de uma cadeira, mostraria uma cadeira; quem desejasse discorrer sobre uma bolsa apresentaria uma bolsa e assim sucessivamente. A história narrada por Swift é uma ironia às concepções vulgares que imaginam que a compreensão da realidade independe da língua que a nomeia, que pensam que as palavras são etiquetas que se aplicam a coisas classificadas independentemente da linguagem. A língua é uma forma de categorizar o mundo, de interpretá-lo.

A impossibilidade de o sistema imaginado pelos sábios de Balnibarbi funcionar não é o inconveniente prático de que cada um teria que carregar muitos objetos, se fosse falar de muita coisa. As coisas não podem substituir as palavras, porque a língua não é apenas um sistema de mostraçã de objetos. As coisas não designam tudo o que uma língua pode expressar. Mostrar um objeto não indica, por exemplo, sua pertença a uma dada classe. No léxico de uma língua, agrupamos os nomes em classes. *Maçã, pera, banana e laranja* pertencem à classe das *frutas*. Ao se exibir qualquer fruta, não se pode exprimir a ideia da classe *fruta*. Não se

poderiam expressar ideias mais gerais, apresentando objetos. Não produzimos palavras apenas para designar as coisas, mas para estabelecer relações entre elas e comentá-las. Mostrar um objeto não exprime as categorias de quantidade, de gênero, de posse, não permite indicar sua localização no espaço, etc. A língua não é um sistema de mostraçã de objetos, porque permite falar do que está presente e do que está ausente, do que existe e do que não existe, porque possibilita até criar novas realidades, mundos não existentes.

A linguagem é uma atividade simbólica, o que significa que as palavras criam conceitos e eles ordenam a realidade, categorizam o mundo. Por exemplo, criamos o conceito de nascer do sol. Sabemos que, do ponto de vista científico, não existe nascer do sol, uma vez que é a Terra que gira em torno do Sol. Contudo, esse conceito, criado pela linguagem, determina uma realidade que nos encanta a todos. Apagar o que foi escrito no computador é visto como uma atividade diferente de apagar o que foi escrito a lápis. Por isso, cria-se uma nova palavra para denominar essa nova realidade, *deletar*, que é considerada diferente de *apagar*. Afinal, o instrumento desta ação é uma borracha, enquanto se deleta, com um clique, um texto selecionado. No entanto, se esses vocábulos distintos não existissem, não perceberíamos a atividade de escrever no computador como uma ação diferente daquela de escrever à máquina. Uma nova realidade, uma nova invenção, uma nova ideia exigem novas palavras, e são os novos termos que lhes conferem existência para toda a comunidade de falantes.

As palavras formam um sistema independente das coisas nomeadas por elas, o que quer dizer que cada língua pode ordenar o mundo de maneira diversa, exprimir diferentes modos de ver a realidade. Não há uma homologia entre a ordem da língua e a ordem do mundo. O inglês, por exemplo, tem duas palavras, *finger* e *toe*, para expressar aquilo que denominamos *dedo*. A primeira significa o dedo da mão; a segunda, o do pé. Isso quer dizer que, para nós, as extremidades das mãos ou dos pés constituem a mesma parte do corpo. Para os falantes de inglês, são duas coisas muito distintas. O inglês tem dois termos, *pig* e *pork*, para designar o que chamamos *porco*. O primeiro denota o animal vivo, o segundo refere-se ao alimento preparado com a carne do suíno. Em português, dizemos *Havia muitos porcos no chiqueiro* e *O tempero do porco ficou no ponto certo*. Em inglês, no primeiro caso, usa-se *pig* e, no segundo, *pork*. A mesma realidade é categorizada diferentemente em inglês e em português. Naquele, o animal e o alimento feito com a carne do animal são vistos como duas coisas distintas.

Neste, *porco* indica uma única coisa, seja vivo, seja morto e preparado para ser consumido. Em português, veste-se uma roupa, mas calça-se um sapato ou uma luva. Em inglês, nos dois casos, usa-se *to wear*. Isso significa que a língua é uma maneira de recortar a realidade, de ordenar o mundo, de categorizar as coisas, as ações, os sentimentos, etc. Por essa razão, a linguagem modela nossa maneira de perceber e de ordenar a realidade.

Vamos explicar melhor o que significa dizer que a linguagem interpreta o mundo. Um tomate é uma fruta ou um legume? Do ponto de vista botânico, é uma fruta. No entanto, na feira, o tomate está entre os legumes. Nenhum ser do mundo pertence a uma determinada categoria preexistente à linguagem. A língua não é uma nomenclatura que se aplica a uma realidade já categorizada. Ela é um meio de categorizar o mundo. Ela cria categorias e põe nelas os seres. Isso não ocorre somente com os seres concretos. Também acontece com as ações, os processos, etc. Imaginemos que uma pessoa mate outra. Essa ação pode ser categorizada como assassinato, quando alguém tira a vida de outrem por vingança; como acidente, quando alguém está manuseando uma arma e ela dispara e mata alguém; como cumprimento do dever, quando um policial mata um sequestrador que se preparava para atirar na vítima; como um ato de heroísmo, quando o soldado mata o inimigo no campo de batalha; como perda temporária da razão, quando alguém por uma forte emoção mata uma pessoa. Essa categorização determina nossas atitudes; prendemos o assassino, perdoamos quem foi vítima das circunstâncias; elogiamos o policial que matou o sequestrador; damos uma medalha ao herói.

Mas a língua não é só o instrumento pelo qual percebemos o mundo, não é apenas uma forma de interpretar a realidade.¹ A língua é também o meio pelo qual interagimos socialmente. No texto que segue, temos uma reprodução feita pela revista *Veja* de um diálogo travado entre Francisco de Paula Medeiros, à época diretor de produção da Petrobras, e alguns repórteres.

Pergunta – Qual é a finalidade de sua visita a Aracaju?

Resposta – Que pergunta besta. Rotina.

P – Que poderia informar sobre a implantação da unidade de amônia e ureia em Sergipe?

R – Não é da minha área.

P – Quais as perspectivas de aumento da produção petrolífera no Estado?

R – Não sou computador.

P – Qual o montante de investimentos que a Petrobras aplicará este ano em Sergipe?

R – Não posso ter na cabeça.

P – Qual a atual produção de Sergipe em terra e no mar?

R – Vocês não sabem isso? Vocês entendem de metros cúbicos?

P – Foram localizadas novas jazidas de gás natural?

R – (silêncio).

(16 de janeiro de 1977: 12)

Na interação entre o diretor da Petrobras e os jornalistas, os repórteres não obtiveram nenhuma informação. O engenheiro da Petrobras transmitiu uma imagem antipática e prepotente, a ideia de que ele tem total desprezo pela imprensa.

Diz-se que a função principal da linguagem é comunicar. No entanto, há duas questões que devem ser pensadas. De um lado, comunicar não é só transmitir informações, pois as pessoas se comunicam até para não dizer nada. De outro lado, comunicar não é um ato unilateral, mas é um jogo em que um parceiro da comunicação age sobre o outro. A comunicação é, antes de qualquer coisa, relacionamento, interação. Por isso, a linguagem é um meio de ação recíproca, é um meio de interagir com os outros, é um lugar de confrontações, de acordos, de negociações.

Na interação, usamos a linguagem com diferentes funções.

A linguagem serve para informar. Essa função é denominada informativa ou referencial.

O Conselho Regional de Medicina (Cremerj) proibiu a participação de médicos em partos domiciliares e nas equipes de sobreaviso, que ficam de plantão para o caso de alguma complicação.

(*O Estado de S. Paulo*, 24 de julho de 2012, A 10)

Com a linguagem, armazenamos conhecimentos na memória, transmitimos esses conhecimentos a outras pessoas, ficamos sabendo de experiências bem-sucedidas, somos prevenidos contra as tentativas malsucedidas de fazer alguma coisa. Graças à linguagem, um ser humano recebe de outra pessoa conhecimentos, aperfeiçoa-os e transmite-os.

A função informativa da linguagem tem uma importância central na vida das pessoas, consideradas individualmente ou como grupo social. Para cada indiví-

duo, ela permite conhecer o mundo; para o grupo social, possibilita o acúmulo de conhecimentos e a transferência de experiências. Por meio dessa função, a linguagem modela o intelecto.

É a função informativa que permite que o trabalho conjunto se desenvolva. Operar bem essa função da linguagem possibilita que cada indivíduo continue sempre a aprender.

Além de prestar-se à função informativa, a linguagem serve para influenciar e ser influenciado. É a chamada função conativa da linguagem.

Vem pra Caixa você também.

Essa frase fazia parte de uma campanha destinada a aumentar o número de correntistas da Caixa Econômica Federal. Para persuadir as pessoas a tornarem-se clientes da Caixa, usa-se um convite expresso numa linguagem bastante coloquial. Por exemplo, emprega-se a forma *vem*, forma de segunda pessoa do imperativo, em lugar de *venha*, forma de terceira pessoa, que, na norma culta, deveria ser utilizada quando se usa *você*.

Com a linguagem, levam-se os outros a fazer determinadas coisas, a crer em determinadas ideias, a sentir determinadas emoções, a ter determinados estados de alma (amor, desprezo, desdém, raiva, etc.). Por isso, pode-se dizer que ela modela sentimentos, emoções, paixões.

Não se leva as pessoas a fazer certas coisas, apenas com a ordem, o pedido, a súplica. Há textos, como o publicitário, que nos influenciam de maneira bastante sutil, com tentações e seduções, dizendo-nos como seremos bem-sucedidos, atraentes, charmosos, se usarmos determinadas marcas, se consumirmos certos produtos. A provocação e a ameaça, que são expressas pela linguagem, também servem para levar alguém a fazer alguma coisa.

A linguagem alivia as dores, consola os aflitos, apazigua a cólera, aumenta a coragem e assim por diante.

A linguagem não se destina apenas a informar e a influenciar, ela serve também para expressar a subjetividade. É a denominada função emotiva da linguagem.

Eu sem você
Sou só desamor
Um barco sem mar
Um canto sem flor

Tristeza que vai
 Tristeza que vem
 Sem você, meu amor,
 Eu não sou ninguém

(Baden Powell e Vinicius de Moraes. *Samba em prelúdio*. Universal, 1963)

Nesse trecho, quem fala está exprimindo seus sentimentos por causa de um rompimento amoroso. Com palavras, objetivamos e expressamos nossos sentimentos e nossas emoções. Expressimos a revolta e a alegria, expressamos o sentimento amoroso e explodimos de raiva, manifestamos desespero, desdém, desprezo, admiração, dor, tristeza. Inúmeras vezes, contamos coisas que fizemos para afirmarmo-nos perante o grupo, para mostrar nossa valentia ou nossa erudição, nossa capacidade intelectual ou nossa competência na conquista amorosa.

Quando falamos ou escrevemos, transmitimos uma imagem nossa, por meio do tipo de linguagem que usamos, do tom de voz que empregamos, etc.

Com a linguagem, objetivamos os fenômenos subjetivos, exteriorizamos o que estava dentro de nós, libertamo-nos de emoções penosas.

Mas a linguagem não se presta somente a informar, a influenciar, a exprimir as emoções e os sentimentos. Na canção “Sinal fechado”, Paulinho da Viola explora o tema dos encontros apressados entre velhos amigos que não se veem há muito tempo e são obrigados a conversar, sem ter muito que dizer um ao outro:

Olá, como vai?
 Eu vou indo, e você tudo bem?
 Tudo bem, eu vou indo, correndo,
 pegar meu lugar no futuro. E você?
 Tudo bem, eu vou indo em busca de um sono
 tranquilo, quem sabe?
 Quanto tempo...
 Pois é, quanto tempo...

(Paulinho da Viola. *Sinal fechado*. Philips, 1974)

Nesse caso, a linguagem está sendo usada na função fática, isto é, aquela que serve para criar laços entre as pessoas e mantê-los.

Quando estamos num grupo de pessoas, numa festa, por exemplo, não é cortês manter-nos em silêncio, olhando uns para os outros. Nessas ocasiões, a conversação é obrigatória, porque o silêncio poderia parecer hostil. Por isso,

quando não se tem assunto, fala-se do tempo, repetem-se histórias que todos conhecem, contam-se anedotas que todos estão cansados de saber. A linguagem, nesse caso, tem como única função manter os laços sociais. Quando encontramos alguém e lhe dizemos *Tudo bem?*, não se quer, de fato, saber se ele está bem, se está doente, se está com problemas. A fórmula é uma maneira de estabelecer um vínculo social.

Os hinos, como, por exemplo, o hino nacional ou os hinos dos clubes de futebol, têm a função de criar um vínculo entre os habitantes de um país ou entre os torcedores. Não importa que as pessoas não entendam bem o significado da letra do hino nacional, pois ele não tem uma função informativa. O que tem importância é que, ao cantá-lo, sentimo-nos participantes da comunidade de brasileiros.

A linguagem não se destina somente a informar, a influenciar, a exprimir emoções e sentimentos, a criar ou manter laços sociais, mas ela serve também para falar sobre a própria linguagem, como neste trecho a seguir:

- Papai, que é plebiscito? [...]
- Plebiscito é uma lei decretada pelo povo romano, estabelecido em comícios.

(In: Gonçalves, 2006: 148-50)

Esse pequeno trecho foi retirado do conto “O plebiscito”, de Artur Azevedo, em que se satiriza a imagem do pai sabe-tudo. O filho pergunta-lhe o que é plebiscito e, como ele não sabe e não quer confessar sua ignorância, esbraveja que o filho deveria saber e que ele está perguntando só para testar seus conhecimentos. Depois de fazer uma cena, vai para o quarto onde há um dicionário. Mais tarde, volta para a sala e explica que *plebiscito* é um sistema de promulgação de leis, inventado pelos romanos, em que o povo vota diretamente determinada proposição. Nesse caso, pai e filho estavam usando a linguagem para explicar o sentido produzido pela própria linguagem.

Quando dizemos frases como *A palavra cão é um substantivo*; *É errado dizer “a gente viemos”*; *Estou usando o termo “direção” em dois sentidos*; *Não é muito elegante usar palavras*, estamos falando não de acontecimentos do mundo, mas estamos tecendo comentários sobre a própria linguagem. Em outros termos, estamos usando palavras para referir-nos a palavras. É o que se chama função metalinguística. A atividade metalinguística é inseparável da fala. Mesmo quando

falamos sobre o mundo exterior (os acontecimentos, as coisas) e o mundo interior (os sentimentos, as sensações, etc.), intercalamos comentários sobre a nossa fala e a dos outros. Quando dizemos, por exemplo, *Desculpe a grosseria da expressão*, estamos comentando o que dissemos, estamos dizendo que não temos o hábito de dizer uma coisa tão vulgar como a que estamos enunciando. Todos os estudos sobre a linguagem são metalinguísticos. A gramática é, assim, a linguagem em função metalinguística.

As artes são linguagens e, portanto, quando elas falam da própria arte, temos também metalinguagem. A poesia que trata da poesia é uma metapoesia, o teatro que trata do teatro é um metateatro; o cinema que trata do cinema é um metacinema e assim por diante.

Vejamos dois exemplos de metapoesia. O primeiro é o poema “Autopsicografia”, de Fernando Pessoa, em que o poeta discute o problema do sentimento exposto no poema; o segundo é um soneto de Cruz e Sousa, em que o poeta comenta a elaboração de um soneto, destacando sua forma tradicional (os quartetos e os tercetos) e os recursos poéticos (a rima, por exemplo).

O poeta é um fingidor.
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente.

E os que leem o que escreve,
Na dor lida sentem bem,
Não as duas que ele teve,
Mas só a que eles não têm.

E assim nas calhas de roda
Gira, a entreter razão,
Esse comboio de corda
Que se chama coração.

(1997: 176)

Nas formas voluptuosas o Soneto
Tem fascinante, cálida fragrância
E as leves, languas curvas da elegância
De extravagante e mórbido esqueleto.

A graça nobre e grave do quarteto
Recebe a original intolerância,
Toda a sutil, secreta extravagância
Que transborda terceto por terceto.

E como um singular polichinelo
Ondula, ondeia, curioso e belo,
O Soneto, nas formas caprichosas.

As rimas dão-lhe a púrpura vetusta
E na mais rara procissão augusta
Surge o sonho das almas dolorosas...

(1965: 190-1)

Dois exemplos de metamúsica são os clássicos “Samba de uma nota só” e “Desafinado”, ambos de Tom Jobim e Newton Mendonça. Tivemos, no Brasil, até mesmo uma metanovela de televisão: a novela *Espelho mágico*, de Lauro César Muniz, apresentada, nos anos 1970, na rede Globo. Nessa novela, havia outra novela, que se chamava *Coquetel de amor* e que era escrita por uma das personagens, um escritor de telenovelas. O que Lauro César Muniz pretendia, ao discutir o fazer novelístico, era mostrar todos os clichês de que uma novela é feita. Como há dois níveis de linguagem, a linguagem-objeto e a metalinguagem, as artes falam do mundo e, assim, nos dão a conhecer os seres humanos, a História, etc. e falam de si mesmas e, assim, nos revelam o próprio fazer artístico.

A linguagem não se presta apenas para informar, influenciar, expressar emoções e sentimentos, criar e manter laços sociais e falar da própria linguagem, ela é também lugar e fonte de prazer.

Brincamos com as palavras. Os jogos com o sentido e os sons são formas de tornar a linguagem um lugar de prazer. Divertimo-nos com eles. Manipulamos os vocábulos para deles extrair satisfação.

Oswald de Andrade, em seu manifesto antropofágico, diz *Tupi or not tupi*. Trata-se de um jogo com a frase shakespeariana *To be or not to be*. Conta-se que Emílio de Menezes, quando soube que uma mulher muito gorda sentara-se no banco de um ônibus e este quebrara, fez o seguinte trocadilho: *É a primeira vez que vejo um banco quebrar por excesso de fundos*. A palavra *banco* está usada em dois sentidos: “móvel comprido para sentar-se” e “casa bancária”. Também está empregado em dois sentidos o termo *fundos*: “nádegas” e “capital, dinheiro”.

Verifica-se que a linguagem pode ser usada utilitária ou esteticamente. No primeiro caso, ela é utilizada para informar, para influenciar, para manter os laços sociais, etc. No segundo, para produzir um efeito prazeroso de descoberta de sentidos. Quando se usa a linguagem em função utilitária, importa mais *o que se diz*. Em função estética, o mais importante é *o como se diz*, pois o sentido também é criado pelo ritmo, pelo arranjo dos sons, pela disposição das palavras, etc.

Na estrofe a seguir, retirada do poema “A cavalgada”, de Raimundo Correia, a sucessão de sons oclusivos, /p/, /t/, /k/, /b/, /d/, /g/, sugere o patear dos cavalos:

E o bosque estala, move-se, estremece...
Da cavalgada o estrépito que aumenta
Perde-se após no centro da montanha...

Observe-se que a maior concentração de sons oclusivos ocorre no segundo verso, quando se afirma que o barulho dos cavalos aumenta.

Nos versos a seguir, do poema “Noite de S. João”, de Jorge de Lima, o poeta não quer transmitir aos leitores nenhuma informação sobre fogos de artifício, nem deseja levá-los a tomar cuidado com eles. O que ele quer de fato é imitar, nas palavras, o ruído que eles fazem, para descrever seu espetáculo nos céus. Daí a quantidade de sons sibilantes (s/z) ou chiantes (expressos na escrita por dígrafo *ch* e pela letra *x*), que imitam o sibilo e o chiado dos fogos, e a onomatopeia *tchi - bum*.

O delegado proibiu bombas, foguetes, busca-pés
Chamalotes checoslovacos
 enchem o chão
 de chamas rubras
Chagas de enxofre chinesas
 chiam
 choram
 cheiram
numa nuvem de chispas,
chispas de todos os tons
listas de todas as cores
 e no fim
 sempre um
Tchi - bum!

(1997: 218)

A linguagem não se presta somente para perceber o mundo, para categorizar a realidade, para propiciar a interação social, para informar, para influenciar, para exprimir sentimentos e emoções, para criar e manter laços sociais, para falar da própria linguagem, para ser fonte e lugar de prazer, mas serve também para estabelecer uma identidade social.

- Te abanca, índio velho, que tá incluído no preço.
- Ai – diz o paciente.
- Toma um mate?
- Nã-não – geme o paciente.
- Respira fundo, tchê. Enche o bucho que passa.

O paciente respira fundo. O analista de Bagé pergunta:

- Agora, qual é o causo?
- É depressão, doutor.

O analista de Bagé tira uma palha de trás da orelha e começa a enrolar um cigarro.

- Tô te ouvindo – diz.
- É uma coisa existencial, entende?
- Continua, no más.
- Começo a pensar, assim, na finitude humana em contraste com o infinito cósmico...
- Mas tu é mais complicado que receita de creme Assis Brasil.
- E então tenho consciência do vazio da existência, da desesperança inerente à condição humana. E isso me angustia.
- Pos vamos dar um jeito nisso agorita – diz o analista de Bagé, com uma baforada.
- O senhor vai curar a minha angústia?
- Não, vou mudar o mundo. Cortar o mal pela mandioca.

(Verissimo, 2004: 15-16)

Luis Fernando Verissimo criou uma personagem, que se tornou um clássico do humor brasileiro, o analista de Bagé. O analista, embora não seja nada ortodoxo na análise da alma humana, diz-se um freudiano “mais ortodoxo do que caixa de maisena”. Trata os problemas dos pacientes como quem amansa cavalo. É um gaúcho de uma franqueza rude, que considera bobagem todos os problemas psíquicos. A identidade do analista é criada pela linguagem e na linguagem. De um lado, ele usa a variedade regional gaúcha em sua fala: tratamento com o pronome *tu*, concordando com a terceira pessoa; perda das semivogais em ditongos de palavras como *pois* e *mais*, que se tornam *pos* e *mas*; léxico regional, como,

por exemplo, *abanca*, *índio velho*, *mate*, *tchê*. De outro, mostra sua franqueza rude: por exemplo, quando diz que não vai curar angústia do paciente, mas vai mudar o mundo ou quando afirma que o paciente é mais complicado que receita de creme Assis Brasil.

O uso de uma determinada variedade linguística marca a inclusão num dado grupo social e dá uma identidade a seus membros. Aprendemos a distinguir as diversas variedades e, quando alguém começa a falar, sabemos se a pessoa é um gaúcho, um carioca, um paulista e assim por diante. Sabemos que certas expressões pertencem à fala dos mais jovens; outras indicam que o falante tem mais idade. As variantes linguísticas conferem uma identidade às pessoas, sejam elas pessoas do mundo real ou personagens, que são pessoas de ficção.

Ridicularizar a variante usada por alguém é uma atitude muito agressiva, pois estamos zombando do próprio ser das pessoas. Existe um julgamento social sobre as variantes: algumas são consideradas elegantes e outras, feias. Do estrito ponto de vista linguístico, não existem formas feias ou bonitas, pois elas se equivalem. Escarnecer de alguém, por causa da variante linguística utilizada, é mostra de preconceito, de dificuldade de conviver com as diferenças.

As recorrências de traços linguísticos da expressão (por exemplo, ritmos, rimas) e do conteúdo (por exemplo, seleção lexical, construção de personagens), isto é, o estilo, criam uma imagem do falante. Paulo Mendes Campos tem uma crônica, em que mostra que um mesmo fato pode ser narrado de diferentes pontos de vista, empregando diferentes estilos. O fato é o seguinte: “o corpo de um homem de quarenta anos presumíveis é encontrado de madrugada pelo vigia de uma construção, à margem da Lagoa Rodrigo de Freitas, não existindo sinais de morte violenta”. Observe-se um dos estilos:

Estilo reacionário

Os moradores da Lagoa Rodrigo de Freitas tiveram na manhã de hoje o profundo desgosto de deparar com o cadáver de um vagabundo que foi logo escolher para morrer (de bêbado) um dos bairros mais elegantes desta cidade, como se já não bastasse para enfeiar aquele local uma sórdida favela que nos envergonha aos olhos dos americanos que nos visitam ou que nos dão a honra de residir no Rio.

(1979: 32)

O mesmo fato, contado por um reacionário ou por um progressista, é muito diferente. Dizer *o corpo ficou às margens da Lagoa* é muito diferente de dizer *o*

corpo ficou ali entregue às moscas que pululam naquele perigoso foco de epidemia; dizer *corpo de um homem* é distinto de *cadáver de um vagabundo*. A linguagem cria a imagem de um reacionário ou de um opositor aos governantes.

É preciso muito cuidado para não rotular alguém disso ou daquilo, pois a identidade é móvel, não é fixa. Uma pessoa ora é reacionária, ora é progressista; ora mostra-se durona; ora sensível. Por outro lado, ela pode simular uma imagem que quer transmitir a seus interlocutores. Por isso, é frequente encontrar pessoas que mudam o que dizem conforme o meio em que estão.

A linguagem não se destina apenas a perceber o mundo, a categorizar a realidade, a servir de instrumento de interação social, a informar, a influenciar, a exprimir sentimentos e emoções, a criar e a manter laços sociais, a falar da própria linguagem, a ser fonte e lugar de prazer, a forjar uma identidade para o falante, mas é também uma forma de ação.

- a) Depois da chuva, apareceu um bonito arco-íris.
- b) Peço desculpas por ter chegado atrasado.

A primeira frase fala de um evento do mundo, o aparecimento de um arco-íris depois da chuva. Pode, por isso, ser submetida à prova da verdade. O acontecimento mostrado por ela pode estar ou não de acordo com o que acontece no mundo. Se, de fato, apareceu um arco-íris depois da chuva, a frase é verdadeira. Em caso contrário, é falsa. Já a segunda frase não relata um evento do mundo, é a realização do ato de pedir desculpas. Portanto, ela não pode ser submetida à prova da verdade, pois, quando alguém pede desculpas, não se pergunta se o ato é verdadeiro ou falso. A pessoa está, de fato, pedindo desculpas. O ato pode ter sucesso ou não. Só terá sucesso se forem observadas certas condições: por exemplo, a pessoa que pede desculpas deve ser a mesma que ofendeu alguém, porque um pedido de desculpas feito por uma terceira pessoa não vale.

Na língua, temos enunciados que servem para fazer uma constatação a respeito dos eventos ou dos estados do mundo e temos outros que são a realização de um ato. Isso quer dizer que a linguagem é também uma forma de ação, pois há determinados atos que se realizam quando se diz um determinado enunciado. São exemplos de atos que acontecem ao dizer: *Ordeno que você saia daqui;* *Aposto dez reais como você não consegue fazer isso;* *Declaro aberta a sessão.*

A ordem acontece, quando alguém enuncia *ordeno*; a aposta efetiva-se, quando alguém declara *aposto*; a sessão se abre, quando alguém diz *declaro aberta a sessão*. Esses atos se realizam de muitas formas: uma ordem se dá também quando se usa um imperativo (por exemplo, *Saia daqui*), um pedido efetua-se quando se diz, por exemplo, *Uma esmola pelo amor de Deus*. Muitas vezes, esses atos efetivam-se de maneira indireta. Por exemplo, se alguém, no inverno, entra numa sala, cujas janelas estão todas abertas, e diz *Está muito frio aqui*, ele não estará constatando a temperatura ambiente, mas estará certamente pedindo que se fechem as janelas. O mesmo acontece quando a mãe diz ao filho *Seu quarto está uma bagunça*. Nesse caso, ela não estará constatando o estado de arrumação do quarto, mas ordenando que ele seja arrumado. O falante tem uma grande capacidade de compreender esses atos de fala indiretos: se alguém pergunta *Você sabe onde fica a estação?*, não está solicitando que o outro diga se sabe ou não a localização desse lugar, mas está pedindo que lhe seja explicado onde se localiza. Seria muito estranho que diante de tal pergunta a pessoa respondesse apenas *Sei*.

Além dos atos que se realizam ao dizer, há outra forma de agir no mundo pela linguagem. São os atos produzidos não ao dizer, mas em consequência do dizer. Cecília Meireles mostra isso no belo poema “Romance das palavras aéreas”, de que vamos reproduzir alguns versos:

Ai, palavras, ai, palavras,
Que estranha potência a vossa!
Todo sentido da vida
principia à vossa porta;
o mel do amor cristaliza
seu perfume em vossa rosa;
sois o sonho e sois a audácia,
calúnia, fúria, derrota...

A liberdade das almas,
ai, com letras se elabora...
E dos venenos humanos
sois a mais fina retorta [...]
Reis, impérios, povos, tempos,
Pelo vosso impulso rodam

(1985: 493)

A poeta vai, nesse poema, falar do poder da palavra. Ela serve para o bem e para o mal, isto é, as consequências que ela produz são positivas ou negativas. Com a palavra, declaramos amor; com ela, caluniamos e, assim, destruímos o outro; com ela, mostramos nossa audácia; com ela seduzimos e fazemos que o outro se enamore de nós; com ela, ampliamos nossa mente e, assim, libertamos nossa alma; com ela, magoamos, espezinhamos, humilhamos e, por isso, ela é a mais fina retorta dos venenos humanos; com ela, concebemos novos projetos sociais, novas utopias e, por isso, derrubamos a tirania; alteramos os sistemas políticos, criamos novos tempos; com ela, sonhamos em construir uma nova vida; com ela, fazemos planos; com ela, elogiamos e apoiamos e, assim, incitamos os outros a seguir em frente; com ela, corrigimos; com ela, repreendemos. O que podemos fazer em consequência daquilo que dizemos é ilimitado.

A linguagem é uma forma de o homem agir no mundo, porque há ações que se realizam ao dizer e ações que ocorrem em consequência do que se diz.

A linguagem não se presta apenas para perceber o mundo, para categorizar a realidade, para realizar interações, para informar, para influenciar, para exprimir sentimentos e emoções, para criar e manter laços sociais, para falar da própria linguagem, para ser lugar e fonte de prazer, para estabelecer identidades, para agir no mundo, mas também para criar novas realidades:

A menina apareceu grávida de um gavião.
 Veio falou para a mãe: o gavião me desmoçou.
 A mãe disse: Você vai parir uma árvore para
 a gente comer goiaba nela.
 E comeram goiaba.
 Naquele tempo de dantes não havia limites
 para ser.
 Se a gente encostava em ser ave ganhava o
 poder de alçar.
 Se a gente falasse a partir de um córrego
 a gente pegava murmúrios.
 Não havia comportamento de estar.
 Urubus conversavam sobre auroras.
 Pessoas viravam árvore.
 Pedras viravam rouxinóis.
 Depois veio a ordem das coisas e as pedras

têm que rolar seu destino de pedra para o resto
dos tempos.

Só as palavras não foram castigadas com
a ordem natural das coisas.

As palavras continuam com seus deslimites.

(Barros, 1998: 77)

O poeta Manoel de Barros fala do tempo em que as coisas não tinham limites. Nele, tudo podia acontecer: urubus conversavam sobre auroras, pessoas viravam árvores, pedras se transformavam em rouxinóis e assim por diante. O poeta mostra acontecimentos impossíveis, como a mãe dizer à filha que ela iria parir uma árvore para que comessem goiaba nela e isso acontecer (“e comeram goiaba”) ou alguém desejar (= encostar em ser) ser ave e ganhar o poder de alçar voo, para revelar que não havia limites para os acontecimentos. Depois, veio a ordem natural das coisas e as pedras têm que rolar seu destino de pedra para o resto dos tempos, isto é, cada coisa tem uma função no mundo. No entanto, as palavras não foram castigadas com essa ordem natural, elas continuam, segundo o poeta, com seus deslimites. Nesse belo poema, o que o poeta nos mostra é que as palavras, ou seja, a linguagem, não são um decalque do mundo, não se limitam a reproduzir a ordem natural das coisas, mas são um instrumento com que os homens podem criar as realidades que bem entenderem. Esse poder criador da linguagem está presente nas narrativas religiosas. Na Bíblia, conta-se que Deus cria o mundo pela linguagem: “Deus disse: *Faça-se a luz. E a luz foi feita*” (Gênese, 1,3).

A linguagem não fala apenas daquilo que existe, fala do que nunca existiu. Com ela, imaginamos novos mundos, outras realidades. Essa é a grande função da arte, que é um modo de organização da linguagem: mostrar que outras maneiras de ser são possíveis, que outros universos podem existir. O famoso filme de Woody Allen *A rosa púrpura do Cairo* mostra isso de maneira bem expressiva. Nele, conta-se a história de uma mulher, que tinha um cotidiano muito sofrido e que era maltratada pelo marido. Por isso, ela refugia-se no cinema, assistindo a filmes de amor, onde a vida é glamorosa. Um dia, o galã sai da tela e eles vão viver juntos uma série de aventuras. Nessa outra realidade, os homens são gentis, a vida não é monótona, o amor nunca diminui e assim por diante.

Uma função importante da linguagem é seu poder de criar realidades, que revelam os anseios, os temores, as expectativas do homem da época em que foram criadas. O homem pode criar uma realidade futura, como em muitos fil-

mes de ficção científica, em que a terra é um lugar sombrio, poluído, dominado por gangues que impõem a lei do mais forte (veja, por exemplo, o filme *Duna*). Isso revela a angústia com a destruição do meio ambiente e com a quebra das normas sociais. Pode construir realidades em que os computadores dominam os homens (veja, por exemplo, o filme *2001, uma odisseia no espaço*), o que mostra a angústia diante das aceleradas mudanças produzidas pelas novas tecnologias. Também o homem pode idealizar o passado. Criar novos espaços, como a Terra Média, que aparece no *Senhor dos Anéis*, de Tolkien; a Ilha dos Amores, onde os navegantes portugueses, segundo a epopeia *Os Lusíadas*, de Camões, encontram muitos prazeres e descansam depois das fadigas da expedição de Vasco da Gama. Criam-se com a linguagem personagens, que nos ensinam a conhecer melhor os seres humanos: por exemplo, Dona Flor, de *Dona Flor e seus dois maridos*, de Jorge Amado, que mostra o desejo dos seres humanos de conciliar o trabalho e o prazer, pois o primeiro marido é Vadinho, o sujeito folgazão, que representa o princípio do prazer, enquanto o segundo, Teodoro, é um homem metódico, que é a imagem do trabalho. A linguagem permite criar as realidades que quisermos, pois ela não está submetida, como nos diz Manoel de Barros, aos limites da ordem natural das coisas. Ela dá ao homem o poder considerado divino de criar universos.

Depois de analisar todas as funções da linguagem, compreende-se por que ela é onipresente. Sem ela, não se pode estruturar o mundo do trabalho, pois é ela que permite a cooperação entre os homens e a troca de informações e de experiências. Sem ela, o homem não pode conhecer-se nem conhecer o mundo. Sem ela, não se exerce a cidadania, porque os eleitores não podem influenciar o governo. Sem ela não se pode aprender, sem ela não se podem expressar os sentimentos, sem ela não se podem imaginar outras realidades, sem ela não se constroem as utopias e os sonhos. Sem ela... Sem ela... Sem ela...

A reflexão sobre a linguagem

Por esse papel tão importante é que sempre “a linguagem cativou o homem enquanto objeto de deslumbramento e de descrição na poesia e na ciência” (Hjelmslev, 1975: 1-2). Se ela está presente em todas as atividades humanas, se é constitutiva do estar do homem no mundo, conhecer a linguagem é conhecer

o homem. Nos primórdios da marcha do homem sobre a Terra, os mitos tentam explicar as origens da linguagem e a diversidade das línguas.

No Gênese, vê-se que a linguagem é um atributo da divindade, pois o Criador dela se vale, quando realiza sua obra. No primeiro relato da criação, Deus cria o mundo falando. No início, não havia nada. Depois, há o caos.

No princípio, criou Deus o céu e a terra. A terra, contudo, estava vazia e vaga e as trevas cobriam o abismo e o Espírito de Deus pairava sobre as águas. (I, 1-2)

A passagem do caos à ordem (= cosmo) faz-se por meio de um ato de linguagem. É esta que dá sentido ao mundo. O poder criador da divindade é exercido pela linguagem, que tem, no mito, um poder ilocucional, já que nela e por ela se ordena o mundo.

Deus disse: Faça-se a luz. E a luz foi feita. E viu Deus que a luz era boa: e separou a luz e as trevas. Deus chamou a luz dia e as trevas noite; fez-se uma tarde e uma manhã, primeiro dia. (I, 3-5)

Até o quinto dia, o Senhor vai criando linguisticamente o mundo. No sexto, depois de fazer os animais da terra, cria o homem.

Façamos o homem a nossa imagem e semelhança; e que ele domine os peixes do mar, e as aves do céu, e os animais da terra, e todo réptil, que se move na terra. E Deus criou o homem a sua imagem; à imagem de Deus criou-o, macho e fêmea criou-os. (I, 26-7)

Mas há, no primeiro livro da Bíblia, uma segunda narrativa da criação, o homem é feito de barro, portanto, não mais com a linguagem, mas com o trabalho das mãos:

Então, o Senhor Deus modelou o homem com o barro da terra, e soprou-lhe no rosto o sopro da vida, e o homem tornou-se um ser vivo. (II, 7)

O mito mostra que as duas categorias fundadoras do cosmo, do sentido, são a linguagem (primeiro relato da criação) e o trabalho (segunda narrativa). Aliás, nesta, não só o homem foi feito de barro, mas também os outros animais. O que diferencia aquele destes é que o homem é composto de dois princípios distintos: o barro da terra (corpo) e o sopro de Deus (alma). A mulher foi feita de uma cos-

tela de Adão. Quando o Criador leva a mulher ao homem, este realiza um ato de linguagem, um ato de denominação.

Depois, o Senhor Deus transformou a costela, que tirara de Adão, numa mulher e levou-a para Adão. Este disse: “Este é o osso de meus ossos, a carne de minha carne: será chamada mulher, porque foi tirada do homem”. É por isso que o homem deixará seu pai e sua mãe e se unirá a sua mulher; e eles serão dois numa só carne. (II, 22-4)

A língua adâmica é uma faculdade divina dada ao homem, para que ele, denominando cada uma das coisas criadas, apreenda o Universo. À proporção que Adão descobre o mundo, denomina os seres, pois uma coisa só existe na medida em que tem um nome, ou seja, entra no universo da linguagem.

Disse também o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só, façamos-lhe um auxílio semelhante a ele. Tendo formado o Senhor Deus do barro todos os animais da terra e todas as aves do céu, levou-os para Adão, para que visse como os chamaria; cada um deveria portar o nome que Adão lhe tivesse dado. E chamou Adão por seus nomes todos os animais, e todas as aves do céu, e todas as feras da terra. (II, 18-20)

O episódio da torre de Babel explica o mistério da diversidade das línguas. Os homens pretenderam fazer uma torre que chegasse aos céus. Deus foi ver o que eles faziam e não aceitou sua pretensão. Como castigo, provocou a confusão das línguas. A diversidade linguística é vista, então, como maldição, como castigo à soberba dos homens.

Todos se serviam da mesma língua e das mesmas palavras. [...] Disseram-se uns aos outros: Vinde, façamos tijolos e cozamo-los no fogo. Os tijolos serviram-lhes de pedra e o betume, de cimento. Disseram: Vinde, façamos uma cidade e uma torre, cujo cume atinja o céu. Celebremos nosso nome antes que nos dispersemos por toda a terra. Ora, Deus desceu para ver a cidade e a torre que os filhos de Adão edificavam e disse: Eis que todos são um só povo e falam uma única língua. Começaram a fazer isto e não desistirão, até que tenham completado sua obra. Vamos, desçamos e confundamos sua língua, para que um não entenda mais a voz do outro. (II, 18-9)

No Novo Testamento, aparece o relato do chamado milagre de Pentecostes. A narrativa conta que o Espírito Santo desceu sobre os apóstolos sob a forma

de línguas de fogo. Isso permitiu aos apóstolos seja falar todas as línguas de seus ouvintes, vindos de diferentes países (“... e começaram a falar em várias línguas”. Atos, 11, 4), seja serem compreendidos pelos ouvintes como se falassem a língua de cada um (“porque cada um ouvia-os falar em sua própria língua”).

Espantavam-se todos e maravilhavam-se, dizendo: Por acaso todos estes homens que falam não são galileus? Como ouvimos cada um nossa língua materna? Os Partos, e os Medas, e os Elamitas, e os que habitam a Mesopotâmia, a Judeia, a Capadócia, o Ponto e a Ásia, a Frígia e a Panfília, o Egito e a parte da Líbia, que é próxima de Cirene, e os Romanos que estão aqui, também os Judeus e os Prosélitos, e os Cretenses e os Árabes: ouvimo-los falar em nossas línguas as maravilhas de Deus. (Atos, 11, 6-11)

Pode-se entender que os apóstolos falavam numa espécie de “esperanto místico”, numa língua que reconstitui a língua adâmica (Yaguello, 1984: 31). Esse episódio é muito importante, porque, se, com a morte de Cristo, os homens receberam a salvação e, assim, tiveram a possibilidade de anular as maldições da primeira queda, com o milagre de Pentecostes, põe-se um termo à maldição da segunda queda: à diversidade das línguas opõe-se aqui a unidade, e, dessa forma, o ciclo do mito completa-se.

Observe-se a explicação sobre a origem do mundo e da linguagem dada por uma sociedade bem diversa:

Uma das grandes escolas de iniciação da savana sudanesa, o Komo, diz que a palavra (kuma) era um atributo reservado a Deus, que por ela criava as coisas: “o que Maa Ngala (Deus) diz é”. No começo, só havia um vazio vivo, vivendo da vida do Ser. Um que se chama a si mesmo Maa Ngala. Então ele criou Fan, o ovo primordial, que, nos seus nove compartimentos, alojava nove estados fundamentais da existência. Quando esse ovo abriu, as criaturas que daí saíram eram mudas. Então para se dar um interlocutor, Maa Ngala tirou uma parcela de cada uma das criaturas, misturou-as e por um sopro de fogo que emanava dele mesmo, constituiu um ser à parte: o homem, ao qual deu uma parte de seu próprio nome (Maa). (Petter, 2002: 11)

Os dois mitos expostos anteriormente, engendrados em sociedades muito diferentes, narram a origem da linguagem de maneira muito próxima: a linguagem é um atributo da divindade, que é concedido ao homem. Aliás, o mito vai mais

longe. No início do Evangelho de São João, que serve de epígrafe a este texto, diz-se que a linguagem não só estava em Deus, mas ela era o próprio Deus.

Mais tarde aparece a reflexão linguística, que é feita pelos filósofos. Por exemplo, Platão, no *Crátilo*, estuda o estatuto do nome, algo que não é a própria coisa. Como instrumento e imagem, ele implica a natureza e a convenção. Com isso, começa a delinear-se o problema da significação. Se a linguagem conduz a alguma coisa fora de si, o nome é um signo e, portanto, pode-se analisar seu significado. Em Platão, o nome é o *lógos* da coisa e o discurso é o *lógos* da relação entre as coisas. Surge o problema da adequação entre a linguagem e a realidade. No *Crátilo*, o nome tem uma relação de semelhança com a coisa nomeada, o que implica certo grau de representação. No *Sofista*, a adequação não é buscada nos termos, mas em sua articulação, que é um reflexo do acordo existente entre as espécies. Nesse *lógos* discursivo, não há convenção, pois a articulação das partes da proposição revela a articulação das essências. A representação das essências, feita pelos nomes, permite certo grau de convenção, o que não acontece no discurso, pois a relação entre as espécies é natural e, por conseguinte, universal (Cf. Neves, 2005).

No período helenístico, as condições históricas propiciam a institucionalização de uma disciplina gramatical, pois ele é marcado por um intenso plurilinguismo, ou seja, um confronto de línguas e culturas. Ora, esse ambiente plurilíngue, ao invés de produzir uma profunda mescla de cultura, intensifica o zelo de preservação da língua considerada mais pura e elevada, o grego. Exalta-se o ideal helênico contra os *bárbaroi*. Isso implica o exame atento dos fatos linguísticos, aqueles revelados pelo uso concreto da língua, bem como o estabelecimento de padrões normativos para a língua que constitui, na visão helênica, o modelo mais elevado de analogia, o grego. O helenismo precisa ser difundido; a língua grega, ensinada, para ser preservada da corrupção. O ensino de padrões linguísticos implica o estabelecimento dos quadros da gramática, que é a exposição das analogias no âmbito das formas linguísticas. O modelo dessas formas são os autores clássicos. No entanto, é curioso o mundo dos conceitos. Assim como nas narrativas só existe o herói porque há o vilão, a analogia só pode ser estabelecida, quando se tem em vista a anomalia. Ambas supõem-se e explicam-se. Ademais, a ideia de língua comum (a *koiné*) está na base da codificação das noções gramaticais e associa-se à noção de norma. Estabelecem-se os quadros de flexão como paradigmas; mapeiam-se os desvios e as irregularidades

determinados pelo uso. Assim, está inaugurada a disciplina gramatical, que tem por objeto a sistematização dos fatos da língua. A filosofia fornece-lhe as bases teóricas. A língua vai pouco a pouco sendo considerada autônoma: primeiro, da realidade; em seguida, das categorias do pensamento. Isso possibilita, nas condições históricas particulares do período helenístico, o levantamento dos fatos concretos do uso correto e eficiente da língua. E, a partir daí, o estabelecimento das classes de palavras e de suas flexões não mais como suporte das categorias da lógica, mas como uma realidade em si. Nas condições particulares de sua emergência, a gramática é normativa. Ela separa-se da filosofia, que fica sendo o domínio dos conceitos, já que a linguagem é um domínio específico, uma vez que ela não é uma imagem fiel das relações dialéticas (Cf. Neves, 2005).

A gramática foi o modelo de reflexão linguística durante toda a Antiguidade, a Idade Média e parte da Idade Moderna. Depois surge a filologia:

Já em Alexandria havia uma escola “filológica”, mas esse termo se vinculou sobretudo ao movimento criado por Friedrich August Wolf a partir de 1777 e que prossegue até nossos dias. A língua não é o único objeto da Filologia, que quer, antes de tudo, fixar, interpretar, comentar os textos; esse estudo a leva a se ocupar também da história literária, dos costumes, das instituições, etc.; em toda parte usa seu método próprio, que é a crítica. Se aborda questões linguísticas, fá-lo sobretudo para comparar textos de diversas épocas, determinar a língua peculiar de cada autor, decifrar e explicar inscrições redigidas numa língua arcaica ou obscura. (Saussure, 1969: 7-8)

Mais modernamente constitui-se a Linguística como ciência da linguagem. A Linguística é uma ciência, porque ela, ao contrário da gramática, não se pretende normativa (não tem por finalidade prescrever como se deve dizer), mas se quer descritiva e explicativa (tem por objetivo dizer o que a língua é e por que é assim). Assim como um químico não diz que uma reação é certa ou errada, um biólogo não declara que determinada espécie não deveria existir ou que ela é feia, um astrônomo não classifica os corpos celestes em bons e maus, um linguista não condena certas maneiras de falar, não as declara inexistentes, não prescreve como se deve falar, mas procura descrever e explicar as construções, as formas. Por exemplo, explicar por que aparece o chamado gerundismo, por que se usa o pronome *lhe* em função de objeto direto em lugar dos pronomes que serviam para expressar essa função sintática, *o*, *a*, *os*, *as*.

A Linguística, ao contrário da Filologia, ocupa-se principalmente da linguagem oral. Muitas vezes, pensa-se que a escrita seja uma simples transcrição da fala. Na verdade, a relação entre elas é muito mais complexa. São duas modalidades distintas. Cabe lembrar, em primeiro lugar, que a oralidade é condição necessária, porém não suficiente, da fala. Quando lemos, por exemplo, um texto previamente escrito, temos manifestação oral da linguagem, mas não temos a construção de um texto falado.

Quando se elabora um texto, ele é feito para alguém, que é seu receptor. O texto falado é recebido ao mesmo tempo que é elaborado. Enquanto o emissor vai construindo o texto, o receptor vai ouvindo-o. Na escrita, é diferente, pois o texto é lido só depois de ter sido escrito, depois de estar pronto. Dessa característica resultam várias distinções entre um texto escrito e um texto falado.

- a) Na fala, a recepção ocorre no interior de uma situação de interlocução, ou seja, dentro de uma cena enunciativa, que compreende dois participantes (os interlocutores) e se passa num determinado tempo e num dado lugar. Essa cena é a instância de instauração de um *eu* (pessoa que fala), um *tu* (a pessoa com quem se fala), um *aqui* (o lugar onde está o *eu*), um *agora* (o momento em que o *eu* toma a palavra). A partir do *eu/aqui/agora*, ordenam-se todas as pessoas, os tempos e os espaços colocados no discurso. Ora, na fala, não é preciso explicar ao interlocutor a que o emissor se refere, quando diz *eu*, *aqui*, *agora*, *ontem*, *hoje*, *lá*, *ele*, etc. O sentido desses elementos linguísticos é retirado da própria situação de interlocução. Por outro lado, o receptor entende os sentidos que se referem à situação. Se alguém diante do carro parado, com o capô aberto, diz: *Droga! Mandeí ver o motor semana passada*, não precisa explicar que se trata do motor do carro. Da mesma forma, se isso for dito diante da enceradeira, a referência do termo *motor* será outra. Como a comunicação na escrita se dá fora da situação de interlocução, é preciso recriar a cena enunciativa, a situação, para que o receptor compreenda quem está falando, que semana foi mencionada como *semana passada*, quais são as referências situacionais dos sentidos. É por isso que, numa carta, por exemplo, é imprescindível que se mencionem o lugar e a data em que o texto foi produzido, que se assine o texto e que se contem todos os elementos situacionais cuja omissão não permite entender o sentido do que é dito.

- b) Na fala, ocorre uma alternância dos papéis de falante e de ouvinte. O receptor pode interromper o emissor a qualquer momento e tomar a palavra. Este, por sua vez, usa certas estratégias para manter a palavra (por exemplo, prolongar uma vogal, enquanto procura uma palavra), busca anuência do interlocutor (diz, por exemplo, *né?*, *certo?*, *cê não acha?*), solicita-lhe colaboração (por exemplo, *como é mesmo que se diz?*), etc. Na escrita, não ocorre essa alternância de papéis. Mesmo quando nela se cria um diálogo, trata-se de uma simulação e não de um diálogo real com suas interrupções, superposições de vozes, tentativa de segurar a palavra, marcas da presença do outro, etc.
- c) Na fala, o planejamento e a execução do texto são concomitantes. Por isso, o texto falado caracteriza-se por um grande número de pausas, frases truncadas, repetições, correções, períodos começados e abandonados para iniciar outro, desvios, voltas, acelerações. O texto escrito não apresenta marcas de planejamento e de execução. O produto é apresentado pronto ao leitor e não em elaboração como na fala. Na versão final do texto escrito, são abandonadas as marcas da construção do texto. Nele, não aparecem hesitações, truncamentos, correções, etc.
- d) Na fala, empregam-se períodos mais curtos e mais simples. Na escrita, eles são mais longos e complexos. Nesta, usam-se mais orações subordinadas. As unidades de sentido de um texto escrito são os parágrafos, os capítulos, etc. No texto falado, são os turnos (intervenção de cada falante) e os tópicos (assuntos de que se fala).
- e) Na fala, há um grande envolvimento do interlocutor no texto do outro. Ele colabora em sua elaboração, participa dela com sugestões, diz que compreendeu, assente na continuação, etc. Há uma série de marcadores conversacionais que servem para indicar esse envolvimento do interlocutor: *hum*, *hum!*, *certo!*, *claro!*, *ah*, *sim!*. O falante monitora o acompanhamento do interlocutor (por exemplo, *você está me entendendo?*). Essa participação do interlocutor é tão intrínseca ao texto falado que, quando, por exemplo, se fala ao telefone e a outra pessoa não diz nada, imediatamente se lhe pergunta: *alô, você está ouvindo?* No texto escrito, não há esse envolvimento da parte de um interlocutor.

Muitas pessoas dizem que, num texto escrito, podem-se admitir quando muito variantes lexicais, mas, em hipótese alguma, variantes de outros planos da língua, pois elas constituem erro. A questão é mais complexa. No trato com as variantes, devemos substituir o par *certo/errado* pela dicotomia *adequado/inadequado*. Com efeito, cada variante é mais adequada para uma determinada situação de interlocução e, portanto, a um dado gênero do discurso. Por isso, na construção de uma personagem de um romance, por exemplo, não se pode atribuir-lhe aleatoriamente uma variedade linguística. As variedades criam uma identidade para o narrador e para as personagens: por exemplo, não se faz um peão da fronteira do extremo sul do país falar como um adolescente carioca. Uma variedade cria um efeito de sentido, pois se ajusta a um lugar, a um tempo, a uma situação de interlocução, a um grupo social. Um bom falante da língua é o que sabe usar a variedade adequada à situação de comunicação. É tão inadequado dizer, num bate-papo de botequim, *Fi-lo ao meu alvedrio*, quanto, num depoimento na Câmara dos Deputados, afirmar *Fiz prunque me deu na teia*.

Linguagem humana e linguagem animal

Temos ouvido falar de experiências científicas que comprovam que os animais são dotados de capacidade de linguagem. São primatas que aprendem centenas de palavras, são abelhas que se comunicam, animais domésticos que entendem o que lhes dizemos. Pensemos melhor a questão. Em *Através do espelho*, de Lewis Carroll:

É um hábito muito inconveniente dos gatinhos (Alice já tinha observado isso) responderem sempre com um ronrom a qualquer coisa que se diga. “Se ao menos eles fizessem rom para ‘sim’ e miau para ‘não’, ou qualquer coisa desse tipo”, ela se dizia, “então já se podia continuar uma conversa. Mas como conversar com alguém que sempre diz a mesma coisa?”. (1980: 245)

Não se nega que os animais tenham uma forma de comunicar-se. As abelhas, por exemplo, são capazes de produzir e entender uma mensagem, com três informações: existência de uma fonte de alimentos, sua distância e sua direção. Podem, pois, registrar relações de posição e distância, conservá-las na memória, comunicá-las por meio de certos movimentos, que são compreendidos pelas ou-

tras abelhas, tornando-se um motor para a ação. Benveniste, num clássico texto intitulado *Comunicação animal e linguagem humana* (1976: 60-7), diz que as abelhas têm a capacidade de formular e interpretar um “signo”, que remete a certa “realidade”; elas têm a memória da experiência e a aptidão de decompô-la. No entanto, a comunicação das abelhas não é linguagem no sentido humano, aquela que é objeto da Linguística. As abelhas não conhecem o diálogo, que é condição da linguagem humana. Assim, suas mensagens não provocam uma resposta linguística, mas uma conduta. Não há reação linguística à mensagem: ela não pode ser reproduzida por outra abelha, que vá a outra colmeia levar uma mensagem que tenha recebido de outra abelha. Ela não constrói uma mensagem a partir de outra mensagem, mas a partir de um dado da realidade. Sua comunicação refere-se sempre a um dado objeto, não há comunicação referente a um dado linguístico, as abelhas não têm metalinguagem. O conteúdo da mensagem se refere sempre a um dado da realidade, a existência de uma fonte de alimento. A linguagem humana é uma mistura livre e infinita de referência à realidade objetiva e de reação às manifestações linguísticas. Ela propicia um substituto da experiência que pode ser transmitido indefinidamente no espaço e no tempo. Na linguagem humana, não há relação necessária entre referência objetiva e forma linguística. A linguagem não fala apenas do que existe, fala também do que nunca existiu. A mensagem das abelhas tem um conteúdo global que não se deixa analisar em unidades menores. A linguagem humana é analisável em elementos menores (unidades mínimas dotadas de forma fônica e sentido, que se combinam para formar palavras; sons que se combinam para constituir as unidades dotadas de sentido). O princípio que rege a linguagem humana é a criatividade, que está ausente da comunicação animal. Os animais não têm linguagem, têm código de sinais, cujas características são sentidos fixos, invariabilidade das mensagens, referência a uma dada realidade, natureza indecomponível do enunciado e transmissão unilateral. Portanto, a Linguística não se ocupa da “linguagem” animal.

A linguagem é comum a todos os homens. Não há diferença de natureza entre as línguas. As distinções entre elas são culturais. Não há línguas simples e línguas complexas. Todas são igualmente simples e complexas. Todas as línguas têm determinadas propriedades e características, que são universais:

- a) têm dupla articulação (poucos sons que se combinam para formar unidades dotadas de sentido, que, por sua vez, se combinam formando enunciados);

- b) constituem sistemas cujas unidades se definem umas em relação às outras;
- c) são convencionais os signos linguísticos;
- d) comportam redundância (excesso de meios em relação às informações transmitidas);
- e) apresentam ambiguidades, dissimetrias, irregularidades;
- f) produzem infinitos enunciados a partir de regras infinitas;
- g) estão em perpétua mudança;
- h) permitem a invenção, a criatividade, o deslocamento de sentido, o jogo;
- i) são estruturadas em três níveis, o dos sons, o da gramática e o do léxico;
- j) são lineares os significantes (um som tem que vir depois do outro);
- k) são constituídas de unidades discretas (unidades distintas umas das outras, isoláveis, segmentáveis).

Os objetos da Linguística

A Linguística tem por finalidade elucidar o funcionamento da linguagem humana, descrevendo e explicando a estrutura e o uso das diferentes línguas faladas no mundo. Esse é seu objeto empírico. No entanto, o objeto empírico é diferente dos objetos observacionais e teóricos. O objeto observacional é a “região” do objeto empírico que será objeto de estudo. Sendo ele delimitado, estabelecem-se entidades básicas, a partir das quais serão atribuídas propriedades aos fenômenos pertencentes ao campo de análise, e serão determinadas relações entre eles. O objeto observacional converte-se então em objeto teórico.

Podemos estudar os universais da linguagem, isto é, as propriedades e características universais, que definem o que é inerente à natureza mesma da linguagem; as operações cognitivas envolvidas no processamento linguístico, bem como a perda da capacidade da linguagem por lesões no cérebro. Podemos debruçar-nos sobre as diferenças entre as línguas. Podemos ocupar-nos da variação no espaço, como fazem a dialetologia e a geolinguística. Podemos examinar a variação de grupo social para grupo social. Podemos observar a variação de uma situação de comunicação para outra. Podemos pesquisar a mudança linguística e a evolução de uma língua ou de uma família de línguas. Podemos analisar a aquisição da linguagem. Podemos ver a linguagem como um sistema formal. Podemos investigar as unidades maiores do que a frase, isto é, o discurso e o texto.

Poderíamos continuar a dar exemplos de formas de abordagem do fenômeno da linguagem, mas cremos que os elementos expostos anteriormente são suficientes para mostrar que a linguagem é, como dizia Saussure, “multiforme e heteróclita”; está “a cavaleiro de diferentes domínios”; é, “ao mesmo tempo, física, fisiológica e psíquica”; “pertence [...] ao domínio individual e ao domínio social” (1969: 17).

A Linguística moderna, na verdade, criou cinco grandes objetos teóricos, que serão examinados nos capítulos que seguem: a língua, a competência, a variação, a mudança e o uso.

Nota

- ¹ Em seu célebre estudo a respeito das funções da linguagem, Jakobson diz que a comunicação tem seis fatores: contexto, remetente, mensagem, destinatário, contato e código. Cada um desses fatores determina uma função da linguagem. Quando a mensagem está para o contexto, ela tem uma função referencial; para o remetente, uma função emotiva; para o destinatário, uma função conativa; para o contato, uma função fática; para o código, uma função metalinguística; para a mensagem, uma função poética (1969: 118-62). Como se vê, as funções estudadas por Jakobson são, praticamente, aquelas que se dão no âmbito das interações sociais.

Bibliografia

- BARROS, Manoel de. *Retrato do artista quando coisa*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1976.
- CAMPOS, Paulo Mendes. *Para gostar de ler*. São Paulo: Ática, 1979, v. 4.
- CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1980.
- CRUZ E SOUSA, João da. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Ed. de Ouro, 1965.
- GONÇALVES, Magali Trindade et al. *Antologia comentada da Literatura Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1969.
- LIMA, Jorge de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.
- MEIRELES, Cecília. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.
- PESSOA, Fernando. *Poemas escolhidos*. São Paulo: O Estado de S. Paulo/Klick Editora, 1997.
- PETTER, Margarida. “Linguagem, língua, linguística”. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à Linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística geral*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1969.
- SWIFT, Jonathan. *Viagens de Gulliver*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ediouro/ Publifolha, 1998.
- VERISSIMO, Luis Fernando. *Todas as histórias do analista de Bagé*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- YAGUELLO, Marina. *Les fous du langage*. Paris: Seuil, 1984.